

Até bispo no protesto

AGÊNCIA ESTADO

Tarjas pretas em árvores do centro da cidade, vigília cívica, um manifesto com mais de quatro mil assinaturas e centenas de telefonemas para Brasília marcaram ontem o inconformismo de **Porto Alegre** com a não-convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva. Antes mesmo de saber se a emenda Walmor Giavarina havia ou não sido aprovada pelo Congresso, o bispo auxiliar da capital gaúcha, dom José Mário Stroehner, lamentava a decisão de se conceder poderes constituintes aos futuros parlamentares, alertando para os riscos de um novo impasse social, em consequência do "descompasso verificado entre os políticos e o governo e as aspirações populares".

Dom José Mário participou da vigília cívica promovida pelo Movimento Gaúcho pela Constituinte e disse que estava preocupado com a possibilidade de o País sair da "estrada da democracia", justamente em função dos conflitos que um impasse social poderá trazer. "Os militares podem até voltar ao poder — afirmou —, pois muita gente, da direita e extrema esquerda, vem apostando na confusão." Segundo ele, é urgente que os políticos ocupem seus espaços diante da Nação, deixando de lado os interesses imediatistas, em especial os eleitores. Ele lembrou ainda que a 8ª Assembléia do Conselho Regional de Pastoral defendia uma Constituinte "exclusiva, proporcional, representativa, autônoma, participativa, popular e fiel aos anseios do povo" e a tese de que o projeto da Constituição, antes de aprovado, deveria ser submetido a um referendo popular.

O governador Jair Soares também era favorável à uma Constituinte exclusiva, mas acha que, mesmo sendo aprovada a proposta do governo, chegou o momento de se promover uma ampla campanha de esclarecimento nacional sobre o que é uma Constituinte e sua importância. "A população precisa estar esclarecida para delegar responsabilidade a seu representante durante a elaboração da nova Carta Magna do País", comentou. Segundo ele, ninguém poderá furtar-se a dar sua

colaboração para que o Brasil permaneça na "estrada da democracia".

Também o Instituto de Engenharia de São Paulo insistiu na tese da Constituinte exclusiva, enviando ontem aos presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, mensagem condenando a decisão de se conceder poderes constituintes ao novo Congresso. O documento, subscrito pelo presidente do Instituto de Engenharia, José Roberto Bernasconi, considera fundamental uma Assembléia Nacional Constituinte autônoma, "composta por membros eleitos especificamente com a finalidade de redigir a nova Constituição do País". Os engenheiros afirmam ainda que a Constituição deve "resultar de uma visão generosa, larga, de longo curso, vale dizer, estratégica, e não se pode correr o risco de submetê-la às consequências dos interesses imediatistas das disputas pelo poder ou das influências conjunturais de toda a espécie".

"FRUSTRAÇÃO POPULAR"

Já o ministro do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, disse ontem que se a emenda convocando a Constituinte fosse rejeitada, provocaria uma grande frustração popular e que ninguém teria condições de explicar "a rejeição de uma proposta que foi uma das principais bandeiras da Aliança Democrática". Segundo ele, as resistências para a aprovação da matéria dão bem a idéia das dificuldades que serão enfrentadas durante o processo de elaboração da nova Constituição. O ministro comentou ainda que os interesses pessoais, nesse momento, devem ser deixados de lado para que não prevaleçam "sobre os interesses de todos os brasileiros que ajudaram a construir a Nova República".

Enquanto governadores, ministros e até religiosos estavam preocupados com a Constituinte, o deputado Wilmar Pallis (sem partido-RJ) aproveitou-se do tumulto no Congresso Nacional e conseguiu reunir 140 assinaturas de deputados para a sua emenda constitucional propondo eleições presidenciais no próximo ano. Ele ainda precisa de 20 assinaturas na Câmara e 23 no Senado.